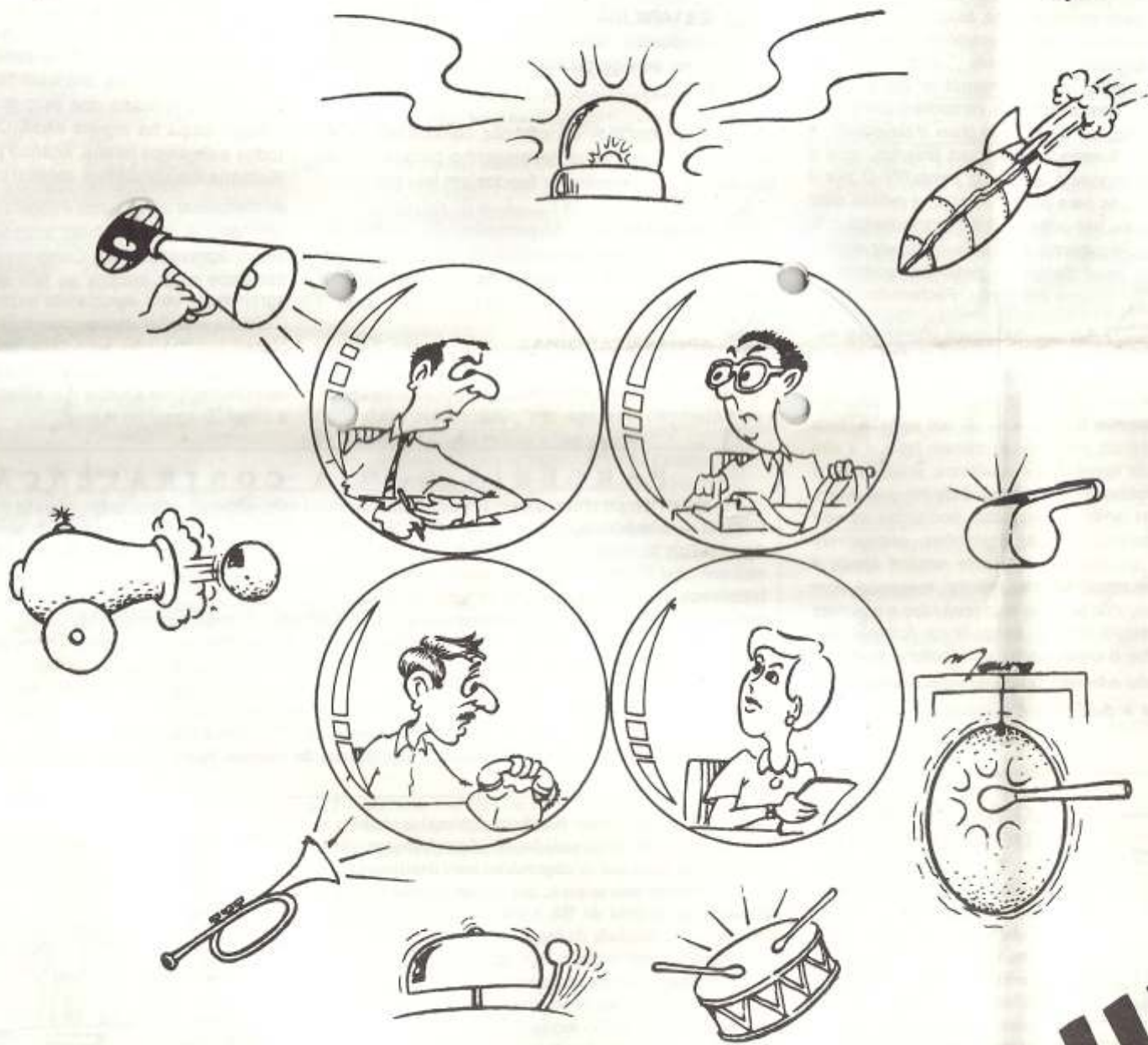


SIND FRAZ


Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Paraná e Santa Catarina

ACORDA...



...SERVIDOR!!!

EDITORIAL

O PROBLEMA É DI... VISÃO 

O velho adágio: *Dividir para conquistar, sempre utilizado pelos tiranos e conquistadores: ainda hoje é amplamente aplicado pelos governantes, a fim de encontrar "conforto" para suas atuações. É uma "escola" que vem sendo largamente disseminada entre governichos até nossos dias, pois é melhor administrar os desunidos. Sob este prisma, a união de pensamentos e idéias e principalmente de forças é extremamente prejudicial aos interesses diretos. Desenvolvendo esta concepção nociva, os órgãos de classe, associações, entidades corporativas e representativas, além de se tornarem cada vez mais fracas diante da "máquina política", cultivam internamente e de forma despercebida, em sua grande maioria, a distinção e o preconceito social que se estende às relações de trabalho, deteriorando os objetivos e intenções na busca de justiça e dignidade. Enfeixadas em seus ideais próprios, bloqueadas em seus interesses e "sem tempo", para envolver-se e compartilhar do bem comum, seguem sózinhas as representatividades, sem demonstrar ao Estado, responsável pelo bem coletivo, o verdadeiro caminho a ser trilhado. Como se não fosse o povo a determinar a vontade estatal. Buscando interesses próprios, qual a vitória a ser comemorada ao fim da peleja??? O pior é que o problema não para por aí, ou seja, o reflexo disto culmina fatalmente nas atitudes dos representados que, fruto deste direcionamento, buscarão cada vez mais o atendimento a seus designios próprios, apesar de fazerem parte da mesma instituição. Fecham-se para o mundo real e os problemas genéricos não existem. Ignorantes e infelizes aqueles que assim crêem: Sou eu, somente o meu grupo, só minha tribo. Aqui estou protegido, nem que para isto tenha de sacrificar alguns... mas não faz mal. Eles não são da minha tribo. Esquecem-se, porém que somos todos partes de um sistema, com os mesmos objetivos, mas alguns criaram para si o seu próprio mundo de interesses e egoísmos, irrealidades e ilusões. Não perceberam ainda a realidade em que vivem. A proteção e os anseios almejados por todos só virá quando percebermos nossas limitações, corrigirmos nossas falhas, encarmos de frente nossos ideais e impedirmos que nossa divisão interior, sucumba com nossas intenções, não próprias mas conjuntas e objetivas a fim de promovermos a verdadeira Revolução, alcançando juntos o crescimento, o respeito e a vitória. As necessidades são muitas e urgentes, os recursos são escassos e o trabalho é intenso...*

Rosalba Ferreira Gonçalves

O SAUDOSISMO DOS POLITICOS








Em pleno momento de revitalização e modernização das instituições, o maior símbolo da representatividade democrática, o Congresso Nacional, continua votando e articulando com rapidez apenas as propostas que tratam

de seus interesses pessoais, deixando de lado aquilo que deveria realmente ser objeto de seu trabalho: medidas modernizantes e isonômicas para o país. Dentre seus "atuais" projetos encontramos de tudo. Contrariamente às propostas para as eleições de 94 que ganharam notoriedade pelo avanço conquistado, como aquelas que visam coibir o uso do dinheiro público e a obrigação de identificação dos financiadores de campanha pelos candidatos, agora os parlamentares, contrariando estes avanços, propõem a liberação do uso do dinheiro público por meio das gráficas - como a do Senado



A "PRISCADA" NA REFORMA ADMINISTRATIVA

O relator da emenda à Reforma Administrativa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Prisco Viana (PPB-BA) emitiu um Parecer alterando 16 pontos considerados inconstitucionais na proposta do governo, tais quais:

-  **ESTRANGEIROS:** Supressão da contratação de estrangeiros para o serviço público.
-  **ASCENSÃO:** Supressão da reserva de 20% das vagas nos Concursos Públicos para os servidores públicos.
-  **REGIME JURÍDICO:** Mantém o regime jurídico somente para os servidores que ingressaram no serviço público antes da promulgação da emenda.
-  **ESTABILIDADE:** Mantém a estabilidade dos atuais servidores e flexibiliza somente para aqueles que entrarem no serviço público após a promulgação da emenda.
-  **DEMISSÕES:** Os critérios considerados falta grave e insuficiência de desempenho para demissão dos servidores deverão ser fixados em lei específica.
-  **AVALIAÇÃO:** Supressão da avaliação obrigatória do servidor antes do fim do estágio obrigatório, como condição para aquisição da estabilidade.
-  **APOSENTADORIAS:** A proposta governamental estabelece que as aposentadorias ou pensões que lhes forem correspondentes não poderão exceder a remuneração dos agentes públicos em atividade.

Estabelece como teto máximo o salário do Presidente da República. A emenda do relator da CCJ suprime este artigo, mantendo o teto salarial da atual Constituição, que é o salário dos Ministros.

Até que enfim, encontramos racionalidade dentre os membros, "nossos representantes" no Congresso Nacional. Observar as ilegalidades constantes da lei, ato que deveria ser a função precípua daquele órgão "representativo", pela credibilidade de nossos políticos, tornou-se desafio dentre as tantas negociatas e falcatruas que lá acontecem. Por isto consideramos este um ato de coragem, de "cabra macho" ao reconhecer tais injustiças já praticamente pactuadas por todos naquela Casa Legislativa. Principalmente neste momento, em que até os governadores, ávidos de verba, desesperados para "enxugar a máquina" na busca de soluções para seus Estados, olhando somente para suas necessidades políticas, esquecem-se dos milhares de pais de família servidores públicos que, aprovada a Reforma, arriscam ficar na rua. Sem falar dos efeitos judiciais que esta proposta provocará ao Estado daqui há alguns anos. O momento urge que todos estejamos juntos, lutando pela justiça. Contra a Reforma Administrativa, mesmo porque o Min. Bresser, ao classificar de absurda e ilógica as emendas da CCJ, por certo já iniciou novas articulações para que não sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. Por isto, devemos estar atentos ao fato de que o Governo já agremiou e vem agrupando muitos simpatizantes da Reforma e tentar demonstrar a ilegalidade do projeto. Nossa batalha não será fácil, porém somente desta forma demonstraremos nossa união e força e demonstraremos a todos que a Reforma, além de injusta é ilegal. É agora ou nunca.

PARCERIA COM A CONTRAVENÇÃO?

Há algum tempo atrás comentávamos sobre as cifras astronômicas arrecadadas através da Caixa Econômica Federal na administração das loterias. Pois bem, R\$ 1,1 Bilhão é o que já foi arrecadado somente até o mês de Agosto. Das 06 modalidades: Sena, Supersena, Quina, Esportiva, Federal e Rospadinha a CEF prevê para este ano um total bruto de R\$ 1,8 Bilhão, valor que corresponde a arrecadação de vários anos de muitos estados brasileiros. A CEF fica com 2% do bolo depois de remunerar os pontos de venda (leia-se bicheiros) e cobrir os custos de toda operação. Os prêmios somam 30,8% do total. O resto, cerca de 65% deste valor vai engordar os cofres do tesouro. O dinheiro entra na forma de Imposto de Renda e de rubricas ditas sociais. A CEF não controla os gastos, apenas repassa a verba. O lucro resultante dessa "batida da carteira" dos pobres reparte-se entre os Ministérios da Previdência, Cultura e Esportes, sendo uma parte (ínfima) destinada a programas específicos como Crédito Educativo e Manutenção de Penitenciárias.

Daí a pergunta: Onde está este R\$ que ninguém vê??? O que é feito dele???

E ainda estão estudando a criação de novos tipos de loterias. Nada mal para um país cujas leis proibem o jogo de azar.

(legitimando assim o caso Humberto Lucena) e também a desobrigação de os candidatos identificarem seus financiadores (tudo que os empresários mais desejavam). Já, para aumentarem seus salários, que reclamam estar baixos e defasados (a miséria de R\$ 8.000,00 fora mordomias), discutem a possibilidade de fazer uma "greve branca" a fim de conseguirem um reajuste. Articulam também a volta do jeton - pagamento de um extra por sessão, que estimulava o Congresso à realização de sessões extraordinárias, assim o que mais parecia trabalho servia mesmo era para engordar o salário no final do mês. Isto tudo ocorre bem neste segundo semestre quando entram em votação os temas vitais para o país, como as reformas tributária e da previdência, para não falar da administrativa. Será que os parlamentares deixarão a nação em segundo plano para atender aos seus próprios interesses??? É necessário sim, que os srs. deputados e senadores lembrem-se mais do país e do povo que só está querendo manter direitos arduamente conquistados e sobreviver mesmo sem aumento de salários e apesar da falsa inflação oficial, manipulada para atender a os interesses dos



financiadores das milionárias campanhas eleitorais brasileiras. Recentemente a campanha contra os juros altos lembrou ao mundo que no Brasil o governo estabelece o pagamento de 3% ao mês sobre as aplicações financeiras do povo e autoriza os banqueiros a cobrar até 18% sobre os empréstimos realizados com o mesmo dinheiro.

E O VENTO LEVOU... 2ª PARTE
EPISÓDIO. E AGORA? MAIS UM PARECER?

APÓS A DECISÃO, NO MAIOR
TUMULTO, A AUTORIDADE
TEVE QUE FUGIR



Do PEGA-PEGA Ao BANG-BANG

Éramos crianças. Quem não se lembra?
Brincávamos, corríamos e sempre brigávamos.
Brinquedos, idéias, necessidades, pequenas decepções, tudo era motivo para torcemos o nariz e reclamarmos.

Éramos crianças. Quem não se lembra?
Nossos pais, frente a nossos pedidos, mandavam-nos às nossas mães, que diziam:
"Seu pai é quem sabe".

Assim ficávamos de um lado a outro:
"Pai, deixa?... sua mãe é quem sabe."
"Mãe deixa?... seu pai é quem sabe..."

Era um vai e vem sem fim...

Então, crescemos.

Responsabilidades, trabalho, lutas, decepções, tristezas, alegrias...

Hoje nossas preocupações são outras - Reformas, Tetos, RAV's, Subtetos, Estabilidade, CRAV's, 8 vezes, 30 ou 45%...

E, falando sobre a RAV, temos observado, algumas "meleças":
O Secretário da RF, esquivando-se frente a um pedido e j...ido para lá e para cá pareceres e mais pareceres a fim de encontrar uma decisão que se coadune com aquilo que pessoalmente deseja...
Diante desta confusão até dá pra ouvir "sua mãe é quem sabe...", não seu pai é quem sabe" e por aí vai...

...Manda o parecer para a PGFN. Devolve. Emite outro. Não vale. Envia para a AGU. Será que posso pagar? É legítimo? Quem deve? SOCOOOORRRROOOO...

...Crianças novamente??

Se não somos, pelo menos estamos sendo tratados como tais. Esta brincadeira tinha graça quando éramos crianças. Hoje, este joga para lá, vem para cá já está se tomando insuportável. Não há paciência que resista.

A grande diferença quando nossos pais esquivavam-se de nossos pedidos era que entre nós havia RESPEITO. Coisa que, hoje vem faltando entre nossos colegas.

A decisão da Receita Federal de pagar as oito vezes ao TTN, aplicou a interpretação literal da MP 831. Difícil acreditar que passado algum tempo, em notória intenção de mudar uma interpretação que se dá de plano do art. 8º desta referida MP, o Secretário da Receita Federal vem vasculhando suas consultorias a fim de encontrar uma forma mirabolante para colocar-se acima da lei e violar aquilo que está definido de forma transparente. Quer que compreendamos que *pedra não é pedra e sim água*. O pior é que todos temos de acompanhar este circo. Além disto, nossos colegas, pares da mesma carreira ao perceberem que os TTN's conquistaram decisão favorável na justiça, tentaram obstar judicialmente o direito, sob a alegação de que o pagamento da RAV nestes termos os prejudicaria.

Voltando ao passado, isto não lembra nossa infância em família?

O pai dá um presente a um dos filhos e o irmão chora e bate o pé querendo um maior, ou tenta impedir que o irmão ganhe aquele presente acusando-o de não ajudar em casa ou haver cometido alguma arte. A diferença é que éramos crianças.

Estamos num impasse, a Administração espera por mais um Parecer que, se desfavorável à sua pretensão de não pagar o devido aos TTN's, por certo formará outra comissão (mais uma), para analisar e avaliar o caso. Enquanto se espera, serão impetradas outras medidas jurídicas tentando derubar este reconhecimento, inclusive judicial. E todos continuam esperando...

É muito triste. Presenciamos um órgão sofrendo, externamente o terrorismo por causa de uma reforma prejudicial e unilateral que visa interesses próprios e internamente uma verdadeira "guerra fria" onde o colega AFTN acha que o colega TTN é culpado por pleitear um direito legítimo. Ora, se A entende que inexistente o direito de B, então deve provar tal alegação!

É o que vem acontecendo na Receita Federal. Envolvidos nesta batalha, TTN e AFTN inevitavelmente caminharão para sua própria degradação e prejuízo. Justamente neste grave momento em que a iminência da aprovação destas reformas só trarão malefícios a todo serviço público. Nitroglicerina pura. Por certo não haverá vencedores nesta guerra que surge no momento mais inoportuno, quando despontam inúmeras denúncias contra a Receita Federal o que influenciará tanto a opinião pública como o Congresso Nacional diante da Reforma Administrativa que alterará toda a estrutura do serviço público. E ISTO, MEUS CAROS COLEGAS...

ISTO NÃO É BRINCADEIRA DE CRIANÇA...



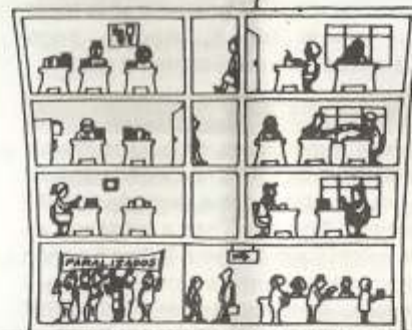
NOVAMENTE REUNIDO COM ASSESSORES, BUSCA NOVAS SOLUÇÕES AO PARCER



A DECISÃO CAUSOU NOVO ABALO E MANIFESTAÇÕES



ALGUNS, MAIS AFOTOS, RESUXERAM BUSCAR SEU DIREITO NA JUSTIÇA



ALGUNS RESOLVEM "PARALISAR" AS ATIVIDADES



E A AUTORIDADE?
EM BUSCA DE SOLUÇÕES, CORRE
À CASA DOS PARECERES.
E AGORA? O QUE ACONTECERÁ?

Não percam na próxima edição:
"APERTEM OS CINTOS: O PARECER SUMIU"